

Autovias

The logo for Arteris, featuring a stylized 'A' composed of two vertical bars, one green and one orange, followed by the word 'arteris' in a dark blue, lowercase sans-serif font.

AUTOVIAS S/A

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Art. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;

Ribeirão Preto, 05 de Março de 2013.



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOVIAS S.A. companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 02.671.185/0001-38, com sede na Rodovia Anhanguera S/N Km 312,200, Bairro Jardim Jôquei Clube, CEP: 14.079-000, município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Ribeirão Preto, 05 de março de 2013.

Linomar Barros Deroldo
Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Rel com Investidores

José Fernando Nogueira
Diretor Superintendente

Maria de Castro Michelin
Diretora Jurídica

Marcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro



PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOVIAS S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 02.679.185/0001-38, com sede na Rodovia Anhanguera km 312,200, Bairro Jardim Joquei Clube, CEP: 14.079-000, município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Ribeirão Preto, 05 de março de 2013.

Linomar Barros Deroldo
Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Rel com Investidores

José Fernando Nogueira
Diretor Superintendente

Maria de Castro Michelin
Diretora Jurídica

Marcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

AUTOVIAS S.A.

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2012**

AUTOVIAS S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Autovias S.A.
Ribeirão Preto - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da **Autovias S.A.** (“Sociedade”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Autovias S.A.** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Sociedades abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao balanço patrimonial e ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. O exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 22 de março de 2012. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ribeirão Preto, 05 de março de 2013.



BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9

AUTOVIAS S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2012	31/12/2011		Nota explicativa	31/12/2012	31/12/2011
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5	132.034	246.398	Empréstimos e financiamentos	11	37	1.470
Contas a receber	6	15.945	14.960	Debêntures	12	99.732	100.612
Contas a receber - partes relacionadas	13	53.985	41.426	Fornecedores		4.429	3.772
Estoques		830	859	Obrigações sociais		2.424	2.518
Despesas antecipadas		718	670	Obrigações fiscais	14	14.726	13.170
Impostos a recuperar		2.374	4.658	Contas a pagar - partes relacionadas	13	2.051	1.266
Aplicações financeiras vinculadas	8	27.431	22.625	Cauções contratuais	15	1.987	1.392
Outros créditos		2	32	Dividendos propostos	13	-	9.544
		<u>233.319</u>	<u>331.628</u>	Juros sobre capital próprio	13	1.767	2.191
				Credores pela concessão	16	7.580	7.151
Não circulante				Provisão para manutenção	17.2	12.615	6.149
Contas a receber - partes relacionadas	13	129.000	114.000	Outras contas a pagar		44	50
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	34.344	26.247	Outras contas		174	150
Depósitos judiciais		88	263			<u>147.566</u>	<u>149.435</u>
Imobilizado	9	655	804	Não circulante			
Intangível	10	277.133	283.856	Empréstimos e financiamentos	11	121	157
		<u>441.220</u>	<u>425.170</u>	Debêntures	12	270.577	352.966
				Credores pela concessão	16	28.483	31.338
				Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	17.1	763	566
				Provisão para manutenção	17.2	51.154	40.057
				Provisão para investimentos	17.2	2.132	2.005
						<u>353.230</u>	<u>427.089</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	18	117.655	117.655
				Reservas de capital		330	330
				Reservas de lucros		55.758	62.289
						<u>173.743</u>	<u>180.274</u>
Total do ativo		<u><u>674.539</u></u>	<u><u>756.798</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>674.539</u></u>	<u><u>756.798</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOVIAS S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receita de pedágio		294.355	268.494
Receita dos serviços de construção		30.406	5.096
Outras receitas operacionais		1.979	2.030
Deduções dos serviços prestados		(25.705)	(23.483)
Receita operacional líquida	19	301.035	252.136
Custo dos serviços prestados	20	(153.345)	(118.754)
Lucro bruto		147.690	133.382
(Despesas)/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	20	(9.754)	(13.066)
Remuneração da Administração	13	(294)	(566)
Tributárias		(444)	(323)
Outras receitas operacionais, líquidas		220	392
Lucro operacional antes do resultado financeiro		137.418	119.819
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	33.006	50.882
Despesas financeiras	21	(56.050)	(74.155)
Lucro operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		114.374	96.546
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	23	(43.947)	(37.126)
Diferidos	23	8.097	6.836
Lucro líquido do exercício		78.524	66.256
Lucro por ação básico e diluído - R\$	22	0,6877	0,5803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOVIAS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social			Reserva de capital	Reservas de lucros			Total
	Subscrito	A integralizar	Integralizado		Legal	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	128.514	(10.859)	117.655	330	12.861	17.237	-	148.083
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	66.256	66.256
Destinações do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	-	-	3.313	-	(3.313)	-
Dividendos distribuidos	-	-	-	-	-	(17.237)	-	(17.237)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(7.284)	(7.284)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(9.544)	(9.544)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	46.115	(46.115)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	128.514	(10.859)	117.655	330	16.174	46.115	-	180.274
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	78.524	78.524
Destinações do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	-	-	3.926	-	(3.926)	-
Dividendos distribuidos	18	-	-	-	-	(46.115)	(29.923)	(76.038)
Juros sobre capital próprio	18	-	-	-	-	-	(9.017)	(9.017)
Dividendos adicional proposto	18	-	-	-	-	35.658	(35.658)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	128.514	(10.859)	117.655	330	20.100	35.658	-	173.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOVIAS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2012	31/12/2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	78.524	66.256
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	37.511	35.532
Amortização de ágio em investimentos		
Baixa de ativos permanentes	230	824
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.097)	(6.836)
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	4.221	3.761
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(2.208)	(3.076)
Juros e variações monetárias de empréstimos	(14.699)	(17.475)
Juros e variações monetárias de debêntures	46.574	65.698
Despesa/(receitas) financeira dos ajustes a valor presente	3.464	580
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	197	(597)
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	14.226	10.535
Reversão de receita diferida	24	33
Redução/(aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(1.004)	(2.016)
Estoques	29	(65)
Despesas antecipadas	(48)	702
Impostos a recuperar	4.993	(48)
Outros créditos	30	62
Depósitos judiciais	175	9
Aumento/(redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(894)	(1.176)
Fornecedores - partes relacionadas	785	(141)
Cauções contratuais de fornecedores	595	304
Obrigações sociais	(94)	59
Obrigações fiscais	34.825	31.055
Imposto de renda e contribuição social pagos	(34.621)	(26.715)
Outras contas a pagar	(198)	(1.016)
Credores pela concessão	41	69
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	164.581	156.318
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(276)	(167)
Aquisições de intangível	(28.850)	(4.396)
Aplicação financeira vinculada	(100.697)	(99.208)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	97.603	110.401
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(32.220)	6.630
Fluxo de caixa das atividades de financeiro		
Empréstimos e financiamentos:		
Pagamento do principal	(1.465)	(3.246)
Pagamento de juros	(58)	(303)
Empréstimos de partes relacionadas:		
Concessão de mútuo	(15.000)	-
Debêntures:		
Pagamentos de debêntures - principal	(90.583)	(72.937)
Pagamentos de debêntures - juros	(39.260)	(56.236)
Pagamento de credores pela concessão	(6.688)	(6.256)
Pagamento de dividendos	(85.582)	(25.598)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(8.089)	(4.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(246.725)	(168.576)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(114.364)	(5.628)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	246.398	252.026
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	132.034	246.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOVIAS S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos e 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas		
Prestação de serviços	294.355	268.494
Receita dos serviços de construção	30.406	5.096
Outras receitas	1.979	2.030
	<u>326.740</u>	<u>275.620</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(22.477)	(25.087)
Custo dos serviços de construção	(30.406)	(5.096)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.885)	(6.842)
Custo da concessão	(13.122)	(11.889)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(38.077)	(37.757)
Outros	(201)	597
	<u>(115.168)</u>	<u>(86.074)</u>
Valor adicionado bruto	<u>211.572</u>	<u>189.546</u>
Depreciações e amortizações	(37.511)	(35.532)
Valor adicionado líquido produzido (retido)	<u>174.061</u>	<u>154.014</u>
Valor adicionado recebido em transferências		
Receitas financeiras	33.006	50.882
Outros	220	392
	<u>33.226</u>	<u>51.274</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>207.287</u>	<u>205.288</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	8.274	7.753
Benefícios	2.647	2.854
FGTS	584	559
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	49.264	42.534
Estaduais	20	18
Municipais	14.773	13.488
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	48.213	68.033
Aluguéis	1.524	1.416
Outras	3.464	2.377
Remuneração de capitais próprios:		
Juros	9.017	7.284
Dividendos	29.923	9.544
Lucro do exercício	39.584	49.428
	<u>207.287</u>	<u>205.288</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional

A Autovias S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade por ações domiciliada no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, constituída em 23 de julho de 1998. Sua controladora é “holding” é Arteris S.A. A Sociedade iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.646 de 18 de dezembro de 1997 e tem por objetivo exclusivo realizar, sob regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os Municípios de Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro, compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o DER/SP nº 18/CIC/97.

Transferência do controle acionário

Em 03 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Partícipes em Brasil S.L., controladora direta da OHL Brasil e titular de 60% do seu capital social, foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, uma sociedade organizada e existente de acordo com a leis de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da Partícipes em Brasil, respectivamente.

A Arteris S.A. (“Arteris” ou “Sociedade”), nova denominação social da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil), comunicou em 20 de dezembro de 2012 aos seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da nova denominação na Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, considerando a conclusão do processo de transferência do controle acionário da Sociedade para a Abertis e Brookfield.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 05 de março de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

2. Concessões

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na Nota Explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível como direito de outorga da concessão e, como contrapartida, o passivo na rubrica de credores pela concessão, conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 10 e 16, respectivamente.

A Sociedade assumiu os principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais já se encontram totalmente cumpridos até 31 de dezembro de 2006:

Obras

SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant'anna

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 2,80 e 48,35;
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre os km 48,35 e o km 77,00.

SP 318 - Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Júnior

- Implantação de faixas adicionais do km 257,80 ao km 280,00.

SP 330 - Rodovia Anhanguera

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,20 km).

SP 334 - Rodovia Cândido Portinari

- Complementação da duplicação no trecho entre os km 322,00 e 337,00;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 337,00 e 348,00;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 358,00 e 395,50.

SP 345 - Rodovia Eng. Ronan Rocha

- Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre os km 10,00 e 36,00;
- Implantação de vias marginais entre os km 30,00 e 35,00 do lado direito e entre os km 33,00 e 35,00 do lado esquerdo.

A Sociedade estima na data de 31 de dezembro de 2012, os montantes de R\$ 46.378 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 245.737 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura;
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17.2.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à Concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("Artesp" ou "Poder Concedente"), de 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice de reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

3. Base de preparação

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas *pelo International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações a respeito de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro dos próximos períodos estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos Contratos de Concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, e a elaboração de projeções para realização de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade,

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, segregando principalmente os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.

Determinação de amortização periódica dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento da obra das empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto, para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida aos custos dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Consiste basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Aplicações financeiras

São representados, basicamente, por cotas de fundos e estão classificados como restritos aos financiamentos com vencimento futuro e ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

4.3. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Sociedade recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda, se houver. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) será reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos nos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos, financiamentos, fornecedores, debêntures e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Na data da contratação, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a Nota Explicativa nº16.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica "Credores pela concessão" registrado nos passivos circulante e não circulante com base nas suas taxas médias de encargos financeiros da época em que as transações originaram-se.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica "intangível", na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica "despesas financeiras", pelo transcorrer do prazo.

4.7. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda e para Contribuição Social sobre o lucro líquido é a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados com base no saldo de diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social.

No Imposto de Renda e na Contribuição Social diferidos passivos estão incluídos os efeitos dos ajustes a valor presente do direito de concessão e os referentes às mudanças de práticas contábeis conforme a Nota Explicativa nº 8.

4.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para riscos de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Essas provisões são atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. Os fundamentos e a natureza das provisões de riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 17.1.

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrente dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objetos das concessões.

4.10. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.11. Ativos e passivos objeto de Ajuste a Valor Presente (AVP)

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas associadas. Em 31 de dezembro de 2012, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Provisão para manutenção:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada através do método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, descontada à taxa de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, uma vez que os fluxos das obrigações considerados pela Sociedade estão por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa;
- **Credores da concessão:** decorrentes das obrigações incorridas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada em base ao método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, descontada à taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco implícita no contrato de concessão na data inicial do contrato e deve ser adotada consistentemente até a realização das obrigações.

Os saldos reais e a valor presente na data dos balanços estão demonstrados a seguir:

Circulante	31/12/2012	31/12/2011
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	7.764	7.323
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	7.580	7.151
Efeito do ajuste a valor presente	184	172
Provisão para manutenção em rodovias - real	13.037	6.355
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	12.615	6.149
Efeito do ajuste a valor presente	422	206
Não circulante		
Credores pela concessão em rodovias - real	33.509	37.740
Credores pela concessão em rodovias a valor presente	28.483	31.338
Efeito do ajuste a valor presente	5.026	6.402
Provisão para manutenção em rodovias - real	62.429	49.341
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	51.154	40.057
Efeito do ajuste a valor presente	11.275	9.284
Provisão para investimentos em rodovias - real	2.900	2.900
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	2.132	2.005
Efeito do ajuste a valor presente	768	895

(*) Incluem a parcela variável conforme Nota Explicativa nº 16.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

4.12. Dividendos propostos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica "Dividendos propostos", por ser considerada uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18.

4.13. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Sociedade implementará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensuração do valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando este é exigido por outros pronunciamentos.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em Coligada e em Controlada e Joint Ventures	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos Itens de Outros Resultados Abrangente	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 7 - Modificações a IFRS 7	Estabelece a divulgação - Compensação de ativos e passivos financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Sociedade em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações:

Pronunciamento/Interpretação	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados em 1º de fevereiro de 2010.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

<u>Pronunciamento/Interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2011.
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
IAS 24 - Modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos e Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados em 1º de julho de 2010.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM:

- CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (equivalente à IFRS 11);
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (equivalente à IAS 19 revisada);
- CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas (equivalente à IFRS 10);
- CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades (equivalente à IFRS 12);
- CPC 46 - Mensuração do valor justo (equivalente ao IFRS 13).

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por:

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	1.553	1.655
Aplicações financeiras (*)	130.481	244.743
Total	132.034	246.398

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Fundos de investimentos	130.481	244.743
Total	130.481	244.743

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 100,5% da variação do CDI no período.

6. Contas a receber

Estão representadas por:

	31/12/2012	31/12/2011
Pedágio eletrônico a receber (*)	15.358	14.290
Cupons de pedágio a receber	502	602
Receitas acessórias a receber	85	68
	15.945	14.960

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

(*) Conforme Nota Explicativa nº 25.d.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

7. Aplicações financeiras vinculadas

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir encontra-se breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. Em 31 de dezembro de 2012, o valor dessa aplicação é de R\$ 27.431 (R\$ 22.625 em 31 de dezembro de 2011), essas aplicações foram remuneradas entre 100,5% e 100,0% da variação do CDI.

8. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Estão representados por:

	31/12/2012	31/12/2011
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	763	566
Ajuste a valor presente do registro da outorga (b)	(920)	(1.526)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (c)		
Provisão para manutenção	63.769	46.206
Provisão para investimentos	2.132	2.005
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	35.344	30.055
Ajuste dos encargos financeiros	(75)	(110)
Base de cálculo	101.013	77.196
Alíquota nominal	34%	34%
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	34.344	26.247

Em atendimento ao CPC 32 foram demonstrados os efeitos da Contribuição Social e Imposto de Renda diferidos pelo seu valor líquido. Para melhor comparabilidade os saldos de 31 de dezembro de 2011 também foram reclassificados:

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções;
- (b) Adoção do ajuste a valor presente sobre obrigações com o Poder Concedente;
- (c) Sobre os ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em	Ativo
2014	5.444
2015	5.726
2016	5.978
Após 2017	17.196
	34.344

9. Imobilizado

A movimentação é como segue:

	Móveis, equipamento mobiliários, utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Custo do imobilizado bruto					
Saldo em 01/01/2011	507	844	361	593	2.305
Adições	36	28	79	24	167
Alienações/baixas	(8)	(13)	(135)	(31)	(187)
Saldo em 31/12/2011	535	859	305	586	2.285
Adições	22	23	184	47	276
Alienações/baixas	(1)	(195)	(183)	(9)	(388)
Saldo em 31/12/2012	556	687	306	624	2.173
Depreciação acumulada					
Saldo em 01/01/2011	(292)	(523)	(142)	(336)	(1.293)
Depreciações/amortizações	(54)	(116)	(73)	(56)	(299)
Alienações/baixas	3	15	75	18	111
Saldo em 31/12/2011	(343)	(624)	(140)	(374)	(1.481)
Depreciações/amortizações	(64)	(154)	(52)	(85)	(355)
Alienações/baixas	1	190	118	9	318
Saldo em 31/12/2012	(406)	(588)	(74)	(450)	(1.518)
Imobilizado líquido					
Saldo em 31/12/2011	192	235	165	212	804
Saldo em 31/12/2012	150	99	232	174	655
Taxas de depreciação - %	16	20	20	11	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

10. Intangível

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 01/01/2011	585.360	28.254	192	2.551	7.104	-	623.461
Adições	2.044	-	-	74	2.754	176	5.048
Transferências/Reclassificações	5.789	-	-	-	(5.789)	-	-
Alienações/baixas	(69)	-	-	(1)	(589)	(113)	(772)
Saldo em 31/12/2011	593.124	28.254	192	2.624	3.480	63	627.737
Adições	3.721	-	-	111	26.566	3	30.401
Transferências/Reclassificações	25.201	-	-	-	(25.201)	-	-
Alienações/baixas	(162)	-	-	(2)	-	(56)	(220)
Saldo em 31/12/2012	621.884	28.254	192	2.733	4.845	10	657.918
Amortização acumulada							
Saldo em 01/01/2011	(289.855)	(17.016)	(113)	(1.688)	-	-	(308.672)
Amortização	(33.860)	(1.263)	(9)	(101)	-	-	(35.233)
Alienações/baixas	24	-	-	-	-	-	24
Saldo em 31/12/2011	(323.691)	(18.279)	(122)	(1.789)	-	-	(343.881)
Amortização	(35.747)	(1.283)	(9)	(117)	-	-	(37.156)
Alienações/baixas	250	-	-	2	-	-	252
Saldo em 31/12/2012	(359.188)	(19.562)	(131)	(1.904)	-	-	(380.785)
Intangível líquido							
Saldo em 31/12/2011	269.433	9.975	70	835	3.480	63	283.856
Saldo em 31/12/2012	262.696	8.692	61	829	4.845	10	277.133
Amortização %	14,35	14,35	14,35	14,35	-	-	-

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras-de-arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado;
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário e ajustado a valor presente. Vide Nota Explicativa nº 16;
- (c) Refere-se ao direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Autovias. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada "ágio incorporado". Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para "direito de outorga incorporado". Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

11. Empréstimos e financiamentos

Estão representados por:

	Encargos anuais	31/12/2012	31/12/2011
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5% a.a.	-	1.231
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 3,3% a.a. a 3,95% a.a.	37	239
		37	1.470
Passivo não circulante:			
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 3,3% a.a. a 3,95% a.a.	121	157
		121	157
		158	1.627

(*) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

- (a) Recursos obtidos por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Automático) para financiamento de obras. Em 31 de dezembro de 2012, as garantias estão representadas por aval dos acionistas e notas promissórias. O vencimento final foi realizado em 15 de setembro de 2012;
- (b) Recursos obtidos para financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.

Em 31 de dezembro de 2012 as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2014	29
2015	29
2016	29
Após 2016	34
	121

Em 31 de dezembro de 2012, não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das Demonstrações Financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

12. Debêntures

Em 15 de março de 2010, a Sociedade emitiu 405.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil Reais), sendo 285.000 debêntures da 1ª série com prazo de cinco anos e juros de CDI + 1,60% ao ano e 120.000 debêntures da 2ª série com prazo de sete anos atualizadas monetariamente pelo IPCA, e com remuneração de 8% ao ano. Em 22 de novembro de 2010, foi realizada a 2ª emissão de debêntures em série única no montante de 1.000 debêntures ao valor nominal unitário de R\$ 100.000 (cem mil Reais), com prazo de cinco anos e remuneração de CDI + 1,70% ao ano.

Os saldos estão representados por:

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	31/12/2012		31/12/2011	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª série	285.000	CDI + 1,6% a.a.	Mar./2015	67.500	83.836	68.294	150.890
2ª série	120.000	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	8.802	140.475	8.420	132.997
2ª emissão	1.000	CDI + 1,7% a.a.	Nov./2015	24.145	47.062	24.849	70.590
	406.000			100.447	271.373	101.563	354.477
Custode transação							
(a)				(715)	(796)	(951)	(1.511)
Total				99.732	270.577	100.612	352.966

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

a) As despesas incorridas na emissão das debêntures no montante de R\$ 2.266 e R\$ 1.296 para 1ª e 2ª série, respectivamente, e de R\$ 797 para a 2ª emissão, estão sendo amortizadas pelo período de vigência das debêntures.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data de emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data de integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª série	15.03.10	285.000	26.04.10	288.137
2ª série	15.03.10	120.000	27.04.10	121.900
2ª emissão	22.11.10	100.000	16.12.10	100.846
		<u>505.000</u>		<u>510.883</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro a partir de junho de 2010 e é amortizada trimestralmente desde 15 de março de 2011.

A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, a partir de março de 2011, e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015. A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga trimestralmente todo dia 22 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro e está sendo amortizada trimestralmente desde 22 de novembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2014	90.122
2015	100.562
2016	39.911
2017	39.982
	<u>270.577</u>

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública", arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão da Sociedade. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas;
2. Cessão fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas;
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização;
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento ("*Sinking Fund*"), conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.

13. Transações com partes relacionadas

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contrato de serviços de construção, execução de obras, aluguéis e mútuo para capital de giro.

Os saldos patrimoniais e as transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante:	31/12/2012	31/12/2011
Contas a receber partes relacionadas:		
Mútuos - Arteris S.A. (b)	53.956	41.415
Arteris S.A.	-	-
Centrovias S.A.	4	
Intervias S.A.	4	
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	21	11
	53.985	41.426
Ativo não circulante:		
Contas a receber partes relacionadas:		
Mútuos - Arteris S.A. (b)	129.000	114.000
Passivo circulante:		
31/12/2012		
Contas a pagar com partes relacionadas:		
Arteris S.A.	8	111
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (a)	-	180
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	1.643	750
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	397	218
Centrovias S.A.	3	7
	2.051	1.266
Dividendos propostos:		
Arteris S.A.	-	9.544
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Arteris S.A.	1.767	2.191

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Contas de resultado

	31/12/2012			31/12/2011		
	Conservação da rodovia	Receita financeira	Despesas administrativas	Conservação da rodovia	Receita financeira	Despesas administrativas
Arteris S.A. (b)	-	14.753	1.505	-	17.766	1.437
Paulista	902	-	-	1.990	-	-
InfraEstrutura Ltda. (a)						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	19.697	-	-	10.018	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	2.413	-	-	2.283	-	-
Total	23.012	14.753	1.505	14.291	17.766	1.437

- (a) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Arteris S.A. Os saldos e transações registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e no custo de serviços prestados, são relativos a operações mercantis e referem-se a serviços prestados em conservação de rotina e execução de obras de manutenção das rodovias;
- (b) As despesas administrativas referem-se aos rateios e aluguéis entre as empresas do grupo. As receitas financeiras referem - se a empréstimo que teve a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A. e é composto por cinco contratos de mútuo, cujas datas de liberação, valores e encargos estão demonstrados a seguir:

Data da liberação	Vencimento (*)	Encargos	Valor do principal	31/12/2012	31/12/2011
22/08/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	40.000	59.641	55.193
18/09/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	48.000	70.961	65.670
04/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	3.000	4.324	4.001
17/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	23.000	33.012	30.551
26/12/2012	Dezembro de 2015	CDI + 1,6% a.a.	15.000	15.018	-
Total			129.000	182.956	155.415

(*) Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2013 e o principal terá seu vencimento em dezembro de 2015.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 294 e R\$ 566, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Administradores, os quais não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente, na rubrica de "Obrigações sociais" é de R\$ 743 e R\$ 700. As metas são como seguem:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

a) Participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

A Sociedade prove a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

14. Obrigações fiscais

Estão representadas por:

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda	8.285	7.450
Contribuição Social	3.076	2.764
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	343	539
Programa de Integração Social (PIS)	166	158
Contribuição para financiamento da seguridade social-COFINS	767	728
Imposto Sobre Serviço (ISS)	1.382	1.308
Outros	707	223
Total	14.726	13.170

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

15. Cauções contratuais

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação das obras contratadas pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estavam representados respectivamente por R\$1.987 e R\$ 1.392.

16. Credores pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será líquido em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme Nota Explicativa nº 2, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de junho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013. Desta forma, o reajuste que ocorreu em julho deste ano foi calculado considerando a variação do IGP-M.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Circulante	Valor presente		Valor real em(*)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Direito de outorga - parcela fixa	6.820	6.431	7.004	6.603
Parcela variável (a)	760	720	760	720
Total	7.580	7.151	7.764	7.323

Não circulante	Valor presente		Valor real em(*)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Direito de Outorga - parcela fixa	28.483	31.338	33.509	37.740

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

- (*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período inserido somente como informação adicional.
- (a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a serem pagas em 31 de dezembro de 2012 está assim representada:

	Parcelas		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo de parcelas	12	56	68

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ao Poder Concedente foi de R\$ 15.548 (R\$ 6.688 de parcela fixa e R\$ 8.860 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2012, o valor real das parcelas relativas ao saldo a valor presente classificado no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento		
2014		7.181
2015		7.181
2016		7.181
Após 2016		11.966
		<u>33.509</u>

17. Provisões

17.1. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é conforme segue:

	31/12/2011	Adições	Reversões	31/12/2012
Cíveis	468	331	(168)	631
Trabalhistas	98	88	(54)	132
Total	<u>566</u>	<u>419</u>	<u>(222)</u>	<u>763</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	01/01/2011	Adições	Reversões	31/12/2011
Cíveis	900	1.367	(1.799)	468
Trabalhistas	263	18	(183)	98
Total	1.163	1.385	(1.982)	566

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco de perda possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$ 3.416 e R\$ 683, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 3.067 e R\$ 208, respectivamente, em 31 de dezembro de 2011).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

17.2. Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é conforme segue:

Provisões	Circulante	Não circulante	
	Manutenção em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 01/01/2011	6.224	28.811	2.061
Adições	-	32.880	99
Utilizações	(21.709)	-	(155)
Transferências	21.634	(21.634)	-
Saldos em 31/12/2011	6.149	40.057	2.005
Adições	-	34.167	127
Utilizações	(16.604)	-	-
Transferências	23.070	(23.070)	-
Saldos em 31/12/2012	12.615	51.154	2.132

Os saldos anteriores estão apresentados a valor presente pela taxa de desconto de 6,35% ao ano. Os saldos de provisão para manutenção em rodovias e investimentos a valor real no encerramento do exercício correspondem a R\$ 75.466 e R\$ 2.900 respectivamente (R\$ 55.696 e R\$ 2.900 em 2011)

Os pagamentos efetuados no exercício, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$ 23.289 (R\$ 27.683 em 2011).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

18. Patrimônio líquido

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$ 128.514 (R\$ 128.514 em 31 de dezembro de 2011), integralizado pelo valor de R\$ 117.655 e está representado por 125.040.451 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2012, conforme demonstrado a seguir:

Acionista	Quantidade de ações subscritas	31/12/2012	
		Quantidade de ações Integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	125.040.451	114.181.880	100,00
Total	125.040.451	114.181.880	100,00

Acionista	Quantidade de ações subscritas	31/12/2011	
		Quantidade de ações Integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	125.040.451	114.181.880	100,00
Total	125.040.451	114.181.880	100,00

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em dezembro de 2012 a controladora da Sociedade, Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. alterou sua razão social para Arteris S.A.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Foram distribuídos, no exercício, findo em 31 de dezembro de 2011, dividendos no montante de R\$ 25.598, sendo R\$ 17.237 originário da conta de retenção de lucros e R\$8.361 da conta de dividendos provisionados.

Foram distribuídos em 24 de abril de 2012, dividendos no montante de R\$ 55.659, sendo R\$ 46.115 dividendos complementares referentes ao exercício anterior e R\$ 9.544 originários da conta de dividendos provisionados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Foram distribuídos em 10 de setembro de 2012, dividendos referente ao primeiro trimestre de 2012 no montante de R\$ 14.198, creditados à conta de retenção de lucros e integralmente pagos no trimestre findo em 30 de setembro de 2012.

Foram distribuídos em 1º de novembro de 2012, dividendos referentes a lucros retidos no segundo trimestre de 2012 no montante de R\$ 15.725, originários da conta de dividendos provisionados.

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo Governo Brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 7.665, líquido de R\$ 1.353, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte desse montante, R\$ 5.898 foram pagos aos acionistas ao longo do exercício.

19. Receitas

Estão representadas por:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de serviços prestados	294.355	268.494
Receita de serviços de construção	30.406	5.096
Outras receitas	1.979	2.030
	<u>326.740</u>	<u>275.620</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita Bruta	326.740	275.620
ISSQN	(14.758)	(13.474)
PIS	(1.949)	(1.783)
COFINS	(8.998)	(8.227)
Receita líquida	301.035	252.136

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

20. Custos e despesas por natureza

Estão representadas por:

Custos	31/12/2012	31/12/2011
Custo de construção	30.406	5.096
Com pessoal	9.406	6.509
Serviços de terceiros	14.403	13.428
Depreciação / amortização	37.156	35.233
Custos com Poder Concedente	8.901	8.128
Seguros / garantias	1.950	-
Conservação	5.776	7.203
Provisão para manutenção em rodovias	38.077	37.757
Outros custos	7.270	5.400
Total	153.345	118.754

Despesas	31/12/2012	31/12/2011
Com pessoal	3.667	5.776
Serviços de terceiros	2.026	2.235
Depreciação/amortização	355	299
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	197	(597)
Despesas de aluguel	474	543
Consumo	1.589	1.200
Transporte	320	313
Seguros/garantias	33	2.669
Outras despesas	1.093	628
Total	9.754	13.066

21. Resultado financeiro

Estão representadas por:

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras:		
Juros ativos	14.753	17.766
Aplicações financeiras	18.208	30.897
Reversão encargos financeiros - ajuste a valor presente	-	1.776
Outras receitas	45	443
Total receitas	33.006	50.882
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - Juros e variação monetária	46.739	66.176
Atualizações monetárias sobre o direito de outorga	4.221	3.761
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	3.464	2.356
Outras despesas	1.626	1.862
Total despesas	56.050	74.155

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

22. Demonstração dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Aquisição de intangível registrado em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais, obrigações fiscais e outras contas a pagar	1.551	653
Dividendos propostos e não pagos	-	9.544
Juros sobre capital próprio proposto e não pago	1.767	2.191

23. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 31 de dezembro de 2012 do Imposto de Renda e da Contribuição Social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	114.373	96.546
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com a alíquota vigente	(38.887)	(32.826)
Juros sobre o capital próprio	3.066	2.476
Efeito de adições e exclusões	(29)	60
Despesa contabilizada	(35.850)	(30.290)
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social		
Corrente	(43.947)	(37.126)
Diferido	8.097	6.836
	(35.850)	(30.290)

24. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

<u>Básico</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido do exercício	78.524	66.256
Número de ações durante o ano	114.182	114.182
Lucro por ação - básico	0,6877	0,5803

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Diluído	31/12/2012	31/12/2011
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	78.524	66.256
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	114.182	114.182
Lucro por ação - diluído	0,6877	0,5803

Não há diferença entre o lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade apresentado a seguir:

25.a. Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

25.b. Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue:

- Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas;
- Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias;
- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

Ativos	31/12/2012	31/12/2011
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	1.553	1.655
Aplicações financeiras	130.481	244.743
Aplicações financeiras vinculadas	27.431	22.625
Contas a receber de clientes	15.945	14.960
Partes relacionadas	182.985	155.426
Outras contas a receber	90	296

Passivos	31/12/2012	31/12/2011
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores	6.416	5.164
Empréstimos e financiamentos	158	1.627
Debêntures	370.309	453.578
Credores pela concessão	36.063	38.489
Partes relacionadas	3.818	3.457
Outras contas a pagar	218	200

25.c. Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nos índices sujeitos a variação sem desconsiderar os juros fixos sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, mútuos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras. Adicionalmente em função da atual conjuntura econômica a administração resolveu inserir mais um cenário com a diminuição da alíquota em 25%:

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	7,25%	9,06%	10,88%	5,44%
Juros a incorrer (*)	(16.010)	(21.797)	(22.658)	(15.153)
Receita de aplicações financeiras	11.563	14.454	17.345	8.672
Receitas financeiras de Mútuos	15.078	18.354	21.623	11.794
TJLP	5,00%	6,25%	7,50%	3,75%
Juros a incorrer (*)	(16)	(15)	(17)	(14)
IPCA	5,70%	7,13%	8,55%	4,28%
Juros a incorrer (*)	(20.160)	(19.983)	(22.300)	(19.057)
Juros a Incorrer líquido	(9.545)	(8.987)	(6.007)	(13.758)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 28/12/2012.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

25.d. Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 15.358 e R\$ 14.290, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

25.e. Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2013	2014	2015	2015 em diante	Total
Debêntures	11,8	117.655	111.250	95.549	95.309	419.763
FINAME	11,8	52	41	38	71	202
Credores pela concessão	6,5	7.355	7.765	8.214	24.304	47.638
Total		125.062	119.056	103.801	119.684	467.603

26. Informações por segmento de negócio

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

27. Garantias e Seguros

A Sociedade por força contratual mantém vigentes e atualizadas apólices de seguro garantia que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial das funções operacionais e de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da parcela fixa do ônus da concessão.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas de seguros da Sociedade são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de receita	180.000
	Responsabilidade civil	25.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	87.651

(*) Por Sinistro.

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOVIAS S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autovias S.A. as submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Companhia iniciou suas operações em 01 de Setembro de 1998 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pela SP-255 Rod. Antônio Machado Sant'anna (Ribeirão Preto - Entroncamento com a SP- 328 - Anel Viário de Ribeirão Preto e Araraquara - Entroncamento com a SP 310), SP-318 Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (acesso a São Carlos e Rincão - Entroncamento com a SP-255), SP-345 Rodovia Engenheiro Ronan Rocha (Franca - Entroncamento com a SP-334 e Itirapuã), SP-330 Rodovia Anhanguera (Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-334) e SP- 334 Rodovia Cândido Portinari (Ribeirão Preto - Entroncamento com a Via Anhanguera e Franca), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação; e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

Autovias

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da praça	Localização	Tarifa (R\$)
São Simão	SP 330 / Km 281	5,80
Batatais	SP 334 / Km 344	7,40
Guatapar	SP 255 / Km 45,5	11,50
Restinga	SP 334 / Km 374,5	7,40
Santa Rita do Passa Quatro	SP 330 / Km 253	5,80

EVENTOS RELEVANTES

“TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO”.

Em 03 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Partícipes em Brasil S.L., controladora direta da OHL Brasil e que por sua vez controla a Autovias S.A., foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, uma sociedade organizada e existente de acordo com a leis de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da Partícipes em Brasil, respectivamente.

A Arteris S.A. (“Arteris” ou “Companhia”), nova denominação social da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil), comunicou em 20 de dezembro de 2012 aos seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da nova denominação na Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, considerando a conclusão do processo de transferência do controle acionário da Companhia para a Abertis e Brookfield.

Autovias

TERMO ADITIVO MODIFICATIVO

Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. Referido TAM teve como objeto a alteração (i) do índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, de Índice Geral de Preço de Mercado (“IGP-M”) para Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da Companhia ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobrada pela Companhia, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas a periodicidade poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano.

Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

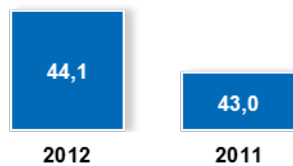
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

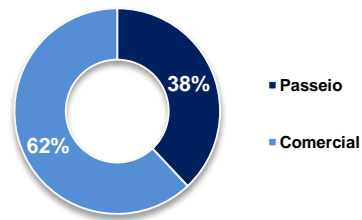
O tráfego pedagiado totalizou 44,1 milhões veículos equivalentes em 2012, 2,7% superior quando comparado ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias. A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2012 foi de 62% de veículos pesados e 38% de veículos leves.

Autovias

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)



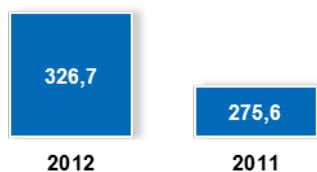
Composição do Tráfego
2012



Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 326,7 milhões em 2012, com crescimento de 18,5% em relação aos R\$ 275,6 milhões registrados em 2011.

Receita Bruta
(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta
Ano 2012



A receita de pedágio cresceu 9,6% passando de R\$ 268,5 milhões em 2011 para R\$ 294,4 milhões em 2012. A principal razão desse aumento foi o reajuste de 4,26% da tarifa básica praticada, com base no IGP-M acumulado entre os meses de junho de 2011 e maio de 2012, conforme previsto no Contrato de Concessão e também pelo crescimento do tráfego dos veículos equivalentes em 2,7%.

Autovias

Já a receita de obras provenientes da realização de investimentos no intangível, registrou acréscimo de R\$ 25,3 milhões, passando de R\$ 4,3 milhões em 2011 para R\$ 30,4 milhões em 2012 tendo como destaque a execução da obra do viaduto de transposição da Av. Henry Nestlé - KM 309 SP-330 - em Ribeirão Preto - SP.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 2,0 milhões (-6,8%) em 2012.

No ano de 2012, a Companhia obteve receita líquida de R\$ 301,0 milhões, R\$ 48,9 milhões superior ao ano de 2011.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Custo dos serviços de construção	(30,4)	(5,1)	496,1%
Serviços de terceiros	(16,4)	(15,7)	4,5%
Pessoal	(13,0)	(12,3)	5,7%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(38,0)	(37,8)	0,5%
Conservação	(7,8)	(7,3)	6,8%
Custos com poder concedente	(8,9)	(8,1)	9,9%
Seguros e garantias	(2,0)	(2,7)	-25,9%
Remuneração da Administração	(0,3)	(0,6)	-50,0%
Consumo	(2,9)	(2,5)	16,0%
Outros	(6,4)	(4,7)	36,2%
Custos e despesas	(126,1)	(96,8)	30,3%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) em 2012 tiveram aumento de 30,3% em comparação ao exercício de 2011. A variação de R\$ 29,3 milhões é justificada principalmente pelos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 25,3 milhões com os “Custos de Serviços de Construção” em cumprimento à inclusão no cronograma de investimentos do Contrato de Concessão, tendo como destaque a execução da obra do viaduto de transposição HENRY NESTLE - KM 309 SP-330 - em Ribeirão Preto - SP.

Autovias

- Aumento em 0,7 mil dos custos com serviços de terceiros em função dos reajustes contratuais.
- Aumento em 0,8 mil na conta de Pessoal pelo impacto do dissídio coletivo de 5,5%;
- Aumento em 0,8 mil com o ônus variável decorrente da evolução da receita;
- Aumento em 1,7 milhão na conta Outros tendo como impacto principal: (i) o pagamento de indenizações à terceiros em 0,7 mil e (ii) com transportes em R\$ 1,0 milhão.
- Diminuição em 0,7 mil na conta de Seguros Garantia em função a negociação coletiva efetuada pela Arteris.
- Diminuição em 0,3 mil com pagamento da remuneração da administração em função da vacância do cargo do diretor superintendente no período de abril/12 à outubro/12.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Receita líquida	301,0	252,0	19,4%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(126,1)	(96,8)	30,3%
EBITDA	174,9	155,2	12,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	38,1	37,8	0,8%
EBITDA Ajustado	213,0	193,0	10,4%

EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2012 em R\$ 213 milhões, com um aumento de 10,4% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi gerado principalmente pela expansão de 2,7% do tráfego pedagiado e pelo reajuste tarifário com reflexo direto na receita da Companhia

Autovias

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Receitas Financeiras	33,1	50,9	-35,0%
Despesas Financeiras	(56,1)	(74,1)	-24,3%
Resultado Financeiro Líquido	(23,0)	(23,2)	-0,9%

O resultado financeiro líquido de 2012 foi negativo em R\$ 23,0 milhões, 0,9% menor em relação ao ano de 2011. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram:

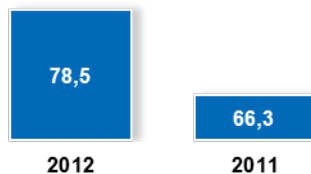
(i) Diminuição das receitas financeiras em 35,0% em função da queda da taxa de juros (CDI) que as remuneram além da redução do saldo das aplicações que diminuíram em função das amortizações dos saldos de principal e juros das debêntures. Pelos mesmos motivos a companhia também registrou uma redução de 24,3% nas despesas financeiras do período.

Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2012 com lucro líquido de R\$ 78,5 milhões, com acréscimo de 18,5% em comparação ao exercício de 2011. Conforme mencionado anteriormente, os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: (i) o reajuste tarifário contratual em 4,26%, (ii) o aumento de 2,7% no tráfego de veículos pedagiados.

Lucro Líquido

(R\$ milhões)



Autovias

Endividamento

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Dívida Bruta	370,5	455,2	-18,6%
Curto Prazo	99,8	102,1	-2,3%
Longo Prazo	270,7	353,1	-23,3%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(159,5)	(269,0)	-40,7%
Dívida Líquida	211,0	186,2	13,3%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento bruto totalizava R\$ 370,5 milhões, apresentando queda de R\$ 84,7 milhões (-18,6%) em relação ao ano anterior. A redução da dívida resulta da amortização das parcelas de financiamentos e debêntures durante o período.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2012 em R\$ 211,0 milhões, apresentando um aumento de R\$ 24,8 milhões em relação ao montante de R\$ 186,2 milhões registrado no encerramento do exercício de 2011. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 1,0x.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o ano de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, que são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. A distribuição dos mesmos segue abaixo representada:

Autovias

Proventos em Dinheiro	Deliberado em	Pagamento em	Valor
Dividendo	23/04/2012	24/04/2012	R\$ 55,7 milhões
Dividendo	10/09/2012	10/09/2012	R\$ 14,2 milhões
Dividendo	10/09/2012	01/11/2012	R\$ 15,7 milhões
Juros sobre o capital próprio	11/01/2012	01/01/2012	R\$ 2,2 milhões
Juros sobre o capital próprio	23/04/2012	02/04/2012	R\$ 2,3 milhões
Juros sobre o capital próprio	25/07/2012	02/07/2012	R\$ 1,9 milhões
Juros sobre o capital próprio	26/10/2012	01/10/2012	R\$ 1,7 milhões

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados durante o período R\$ 52,4 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos e manutenções previsto no contrato, com destaque para as obras de ampliação e melhoramento, que representaram R\$ 29,1 milhões ou 55,5% do total, principalmente pela obra de transposição da Av. Henri Nestle no km 309 da SP-330, e para as obras de manutenção e conservação das rodovias, que representaram R\$ 23,3 milhões ou 44,5 % do total, dentre os quais vale destacar: (i) a 2ª intervenção de pavimento; (ii) a recuperação de obras de arte; (iii) a implantação da sinalização e dos dispositivos de segurança; e (iv) com sistemas de controle de tráfego e de arrecadação.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2012	2011
Empregos diretos	207	205
Índice de rotatividade	3,17%	6,68%

No que concerne a diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de 69,5% de homens, contra 30,5% de mulheres. A média de idade está concentrada em 38 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (Antigo Segundo Grau), com 76,3% dos profissionais, além disso 18,8% possuem superior completo e os demais 4,9%, Ensino Básico.

Autovias

Ao longo de 2012, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 2.700 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 13,04 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Autovias estabeleceu como um dos seus compromissos o desenvolvimento de relacionamento com as comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados a educação, segurança, saúde, cultura e meio ambiente .

O principal projeto é o **Projeto Escola Autovias** - implantado em 2008 na Autovias, atualmente abrangendo 34.087 alunos e 1.735 professores e educadores de 86 escolas públicas municipais e estaduais, em 09 municípios situados ao longo das rodovias que administra, tem como proposta "Educar para Humanizar o Trânsito". O Projeto Escola Autovias ainda disponibiliza um site próprio, www.projetoescolaohlbrasil.com.br onde divulga o trabalho das unidades escolares, professores e alunos além de informar sobre suas ações educativas e de segurança, e também desenvolve programas educativos e de segurança voltados aos usuários da rodovia, são eles:

Programa "*Viva Motociclista*":

Com o objetivo de conscientizar os motociclistas por meio de ações preventivas e educativas de segurança.

Programa "*Viva Ciclista*":

O objetivo é promover ações educativas de segurança para o ciclista, especialmente nas rodovias.

Programa "*Passarela Viva*":

Promove ações educativas e de conscientização sobre travessia segura da rodovia e tem como proposta sensibilizar, conscientizar e incentivar o público e distribuir folhetos sobre o uso correto da passarela.

Autovias

Programa “Viva Motorista”:

Promove ações educativas, preventivas e de segurança destinadas aos motoristas em geral. Além dessas ações, ainda oferece e informa aos usuários sobre hábitos saudáveis de vida.

Saúde

Buscando um constante aprimoramento em seus procedimentos na área de segurança viária a Autovias vem concebendo vários projetos permanentes, como o “Viva Saúde” que tem como objetivo identificar fatores de risco que podem causar acidentes de trânsito, estimulando mudanças de hábito e atitudes dos caminhoneiros nas rodovias.

Cultura

Em 2012, a Companhia também apoiou diversos projetos culturais com base nas leis de incentivos fiscais (Lei Rouanet). Esses projetos tiveram como foco a promoção da cultura nas áreas onde a Companhia atua, são eles: Associação Musical de Ribeirão Preto, Fundação Feira do Livro de Ribeirão Preto, Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil e ABDL - Associação Brasileira de Difusão do Livro.

Esporte

Em 2012, a Companhia também apoiou projetos esportivos, com base nas leis de incentivos fiscais (Lei nº. 11.438/2006), e projetos municipais. O principal projeto para o qual foi destinado recursos em 2012 foi: Associação Marcos Mercadante de Judô “Kimono de Ouro” Ribeirão Preto/SP e Esporte Clube Pinheiros.

Ambiental

Seja por meio de apoio a projetos desenvolvidos nas regiões onde está presente, a Autovias em 2012 desenvolveu várias ações de caráter educativo e de conscientização, tanto de seus funcionários como da população dos municípios inseridos na área de concessão.

Autovias

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Autovias

Diretoria

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

José Fernando Nogueira

Diretor Superintendente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Contador

Wilmondes Alves da Silva Filho

CRC - 1 SP 172.201/O - 0

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán

Conselheiro

Marta Casas Caba

Conselheira

Marcos Pinto Almeida

Conselheiro